

Condiciones territoriales y ciudadanía: experiencias en múltiples escalas del piso de la ciudad.

Territorial condtions and citizenship experiences in multiple scale from the floor of the city

Condições territoriais e cidadania: experiências em múltiplas escalas do chão da cidade.

Aldaíza Sposati

Doctora y magíster en Sevcio Social. Licenciatura en Servicio Social. Académica Pontifícia Universidad Católica de São Paulo, Programa de Post;grado en Servicio Social

RESUMEN ●●●

Este artículo basado en experiencias del Centro de Estudios e Investigación en Seguridad y Asistencia Social (NEPSAS) de la Pontificia Universidad de São Paulo registra la necesidad de conocer las condiciones objetivas de la vida colectiva en el barrio popular donde viven los individuos y las familias, especialmente esas familias quienes acceden a programas públicos de transferencia de renta. La construcción de métricas territoriales a diferentes escalas, y en base al censo, ha permitido la producción de conocimiento de los territorios de la vida cotidiana de los grupos de población, permitiendo conocer los recursos con los que cuentan los agregados populares. Se trata de las garantías, certezas, seguridad y protección social que estos territorios ofrecen a sus residentes. Muestra que en diferentes regiones de la periferia de la ciudad, se formaron grupos de habitantes, sujetos a una lucha incesante por la tierra, por su asentamiento y para que puedan contar con espacios de la vida cotidiana urbanizada y civilizada.

Palabras clave: barrios populares; seguridad Social; protección social; estudios territoriales.

ABSTRACT ●●●

This article based on experiences from the Núcleo de Estudos e Pesquisa em Seguridade e Assistência Social-NEPSAS-(Center for Studies and Research) (NEPSAS) of the Catholica University of São Paulo records the need for knowledge of the objective conditions of collective life in the popular neighborhood where individuals and families live, especially those families who access public cash transfer programs. The construction of territorial metrics at different scales, and based on census, has allowed the production of knowledge of the territories of daily life of population

groups, allowing to know the resources with which popular aggregates count. It is in question the guarantees, certainties, security and social protection that these territories offer to their residents. It shows that in different regions of the periphery of the city, clusters of inhabitants were formed, subject to an incessant struggle for land, for their settlement and for them to be able to count on spaces of daily urbanized and civilized life.

Key words: popular neighborhoods; Social Security; social protection; territorial studies

RESUMO ●●●

Este artigo baseado em experiências do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança e Assistência Social (NEPSAS) da Pontifícia Universidade de São Paulo registra a necessidade do conhecimento das condições objetivas de vida coletiva do bairro popular onde vivem indivíduos e famílias, sobretudo daquelas famílias que acessam programas públicos de transferência de renda. A construção de métricas territoriais em diversas escalas, e com bases censitárias, tem permitido a produção de conhecimento dos territórios de vivência do cotidiano de grupos populacionais, permitindo conhecer os recursos com que contam agregados populares. Está em questão, garantias, certezas, segurança e proteção social que tais territórios ofertam a seus moradores. Mostra que em regiões diversas da periferia da cidade, formaram-se agregados de moradores sujeitados luta incessante pela terra, pelo seu assentamento e para poderem contar com espaços de vida cotidiana urbanizada e civilizada.

Palavras Chaves: bairros populares; segurança social; proteção social; estudos territoriais

1. INTRODUCCIÓN

Pela aprovação da Constituição Federal Democrática de 1988 que encerrou os quase 25 anos de ditadura militar no Brasil, os 5570 municípios brasileiros foram elevados a condição de entes federativos podendo a partir de então exercer autonomia sobre o seu território. Nesse mesmo o Estado brasileiro inicia o processo de municipalização da gestão dos serviços sociais existentes e/ou previstos pela nova Constituição. O resgate da cidadania exigia para além do reconhecimento dos direitos humanos, a consolidação de direitos sociais cujo acesso supunha a operação de atenções em serviços públicos. O chão das cidades adquiriu um novo significado, pois ali é que deveriam ser distribuídas e instaladas condições de trato digno aos que moravam nos diversos pedaços da cidade.

Um primeiro movimento dentre os que partilhavam dessa concepção na cidade de São Paulo foi o de reconhecer as diversas agregações populacionais no território do município o que exigiu superar a divisão interna do chão de São Paulo em 48 distritos, impostos por governo

regional. Em 1990 foram reconhecidos, após várias consultas de representações públicas e sociais, o espaço da cidade partilhado em 96 distritos. O Censo Decenal previsto para esse período adaptou os setores censitários em conformidades com as linhas divisórias desses distritos.

Isso resultou que pela primeira vez a cidade pudesse mostrar dados censitários em cada um dos seus 96 pedaços intraurbanos ou os distritos. Por consequência atingiu-se uma nova condição de análise e comparação das condições implantadas no chão de cada uma das 96 partes da cidade.

A partir desse momento o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança e Assistência Social (NEPSAS) iniciou um processo de busca de métodos de análise das condições dos territórios de vivência da população da cidade de São Paulo como reveladora da sua condição quer de inclusão social, quer de proteção social. Parte-se do entendimento de que proteção social implica muito mais do que aquisições pessoais. Com esse propósito os estudos do NEPSAS tomaram dois caminhos.

2. ALGUNS ESTUDOS TERRITORIAIS DESENVOLVIDOS

O primeiro deles desenvolvidos entre 1995 a 2017 se ocupou da análise comparativa dos territórios de cidades e, em específico, da cidade de São Paulo, produzindo métricas analíticas da presença de fortes desigualdades nos padrões de constituição das condições existentes nesses territórios para a população que neles vivem.

O desenvolvimento desses estudos iniciados em 1995 foi publicado pela primeira vez em livro em 1996, mas antes disso, de forma sintética em Caderno Especial de Jornal de grande circulação Folha de S.Paulo. O alcance científico da proposta dessas análises foi ampliado a partir de relações interdisciplinares com outros centros de estudo e pesquisa. Essa relação acadêmica-institucional concorreu para instalação do Centro de Estudos das Desigualdades Sócio-Territoriais (CEDEST). Um centro com operação virtual entre pesquisadores do INPE-Instituto de Análises Espaciais do Ministério de Ciência e Tecnologia, e pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre outros pesquisadores parceiros cuja presença variou ao longo do tempo de funcionamento do CEDEST de 2002 a 2018. A sua mais reconhecida métrica, de caráter inaugural, é o Mapa da Exclusão-Inclusão Social (MEIS) construído em São Paulo de forma longitudinal nos períodos de resultados territorializados dos Censos Populacionais Decenais (SPOSATI,1996; KOGA,2011).

É preciso sublinhar que esses estudos são direcionados para a identificação das expressões quantitativas das desigualdades sociais a partir do lugar onde se mora, isto é, na demonstração de que o processo urbano tende a reproduzir desigualdades e precarização da vida, em quantidade e qualidade, quando intervenções públicas, investimentos privados privam quem lá se assenta de condições básicas em mobilidade, habitação, serviços de infraestrutura, culturais e sociais.

Pautados em métrica normativa e participativa os pedaços da cidade são ranqueados em perfis de inclusão e de exclusão social. O uso dos resultados do MEIS- Mapa da Exclusão-Inclusão Social passou a ser utilizado nas atividades das políticas de saúde, de educação, em programa de transferência de renda e na distribuição territorial de atenções públicas.

Esse material, mapeado distrito a distrito, possibilitou nova leitura das condições concretas da população da cidade Os dados da população foram articulados com os do território onde viviam. Assim não bastava a leitura do poder de consumo dos seus moradores, através de leituras do ganho per capita da pessoa e ou famílias que viviam num dado local. Era preciso analisar em que condições seus moradores viviam e com o que poderiam contar naquele local o que iria muito além de sua capacidade de consumo individual. Portanto insinuava-se a resposta de que não bastava precificar a sobrevivência individual era preciso analisar as condições coletivas do viver cotidiano sob condições postas em geral resultantes de lutas por melhorias desenvolvidas pelos próprios moradores.

A descodificação das condições que se põe no cotidiano da vida das pessoas, os seus acessos e dificuldades em contar com a presença e apoio de políticas públicas, são elementos que agravam a presença da alta desigualdade social-econômica-política instalada entre os habitantes da cidade e do país. Face a tais desigualdades, as respostas das políticas sociais, e os seus serviços, dificilmente alcançam a precariedade da condição de destituição em que significativa parte das famílias se encontram. Elas não contam com condições instaladas para responder a tais ausências.

Como já assinalado parte-se da concepção que a proteção social das famílias não depende somente da renda da família, o que seria reduzir a concepção da proteção social à capacidade de consumo. O Brasil não conta com uma política estatal que garanta condições coletivas básicas de infraestrutura urbana. Avançar essa condição supõe a organização coletiva dos moradores para obter a inclusão das suas necessidades

Tabela 1-Comparação parcial do valor longitudinal (1991,2000,2010) de IEX distrital de quatro dos 96 distritos da cidade de São Paulo.

Distrito		IEX 1991		IEX 2000		IEX 2010	Evolução
Anhanguera	12.408	-0,04	38.427		44.038	-0,75	Piorou
Jaraguá	93.185	-0,27	145.900		167.352	-0,75	Piorou
Perus	46.301	-0,72	70.689		81.309	-0,74	Piorou
Tremembé	125.075	-0,32	163.803		181.515	-0,72	Piorou
Campo Belo	77.952	0,48	66.646	0,25	67.802	0,25	Piorou
Morumbi	40.031	0,27	34.588	0,19	41.142	0,07	Piorou
Santo Amaro	75.556	0,51	60.539	0,34	60.958	0,23	Piorou

Fonte: SPOSATI, Aldaíza (Org.); MONTEIRO, Miguel (Org.) Desigualdades nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo. São Paulo: EDUC-Editora da PUCSP, 2017.

Nota -O valor numérico do IEX corresponde a posição de um distrito dentre os 96 existentes, distribuídos na escala de -1 a +1, onde o sinal de menos indica uma medida exclusão, e o sinal de mais significa uma medida de inclusão.

na agenda pública, espaço bastante apropriado para o desenvolvimento do trabalho social de organização de coletivos populacionais na busca do seu reconhecimento social do direito de cidadania. Nem sempre os agentes de serviços sociais públicos se dão conta dessa condição objetiva e concreta cuja alteração demanda o sobre trabalho dos moradores em se organizar em movimentos populares. Estudos desenvolvidos mostram que na cidade de São Paulo a luta dos moradores de pedaços da cidade é força motriz da urbanização desses mesmos lugares. Adiante serão apresentados alguns exemplos desta afirmação.

Um segundo caminho de estudo do NEPSAS /CEDEST foi o de introduzir uma nova escala de análise sobre a vida quotidiana no chão da cidade. Partiu-se para construção de métricas fundadas em setores censitários, isto é, em agregações territoriais de cerca de 300 famílias e 1000 moradores.

A direção foi a de proceder à análise da relação entre as condições de vida de moradores em bairros populares buscando analisar as condições efetivas de vida com que contam, para se sentirem protegidos. Neste caso, os estudos se ocuparam em analisar a trajetória histórica e

a conformação atual de bairros cuja instalação resulta da ação de movimentos populares para urbanização, acessibilidade e oferta de condições de vida que lhes tire da incerteza em construir as suas condições quotidianas de reprodução social com proteção social.

Entende-se que pela natureza do NEPSAS que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social discutir seguridade social ou serviços de proteção social não adstritos ao contrato de trabalho formal, como é o caso da previdência social, é essencial. Pois, condições dignas de vida não resultarão plenas partir do poder individual de compra pois implicam em condições coletivas que atribuem segurança social e relacional. Claro é que esta afirmação não abrange aqueles indivíduos pertencente a classe social concentradora de poder e riqueza, e que usam o espaço aéreo par locomoção.

A leitura individualizante da proteção social produz entendimento fragmentado e parcial que é incompatível com seu sentido relacional, solidário e civilizatório. Proteção social é necessariamente relacional. Obtê-la implica em poder ter acesso a um conjunto de condições de respeito à dignidade humana desde o lugar onde se vive.

2. O TERRITÓRIO URBANO É UM ESPAÇO DE RELAÇÕES

Todo o território é ao mesmo tempo, um espaço produzido (LEFEBVRE,2000) e um território usado (SANTOS,2001). O sentido de território supõe para SANTOS a existência e persistência de relações entre os que vivem num dado espaço geográfico e no movimento que se dá por ali viverem, e atribuírem significados para aquele espaço, para si mesmo, para as suas relações mais próximas e mais alargadas, para o sentido individual e coletivo da vida social. As condições objetivas do lugar onde se vive supõe materialidades e uma dinâmica de vínculos e relações. RAFFESTIN (1993) reforça esse modo de pensar quando afirma que “a vida é constituída por relações e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo” (Raffestin, 1993: p.61). O lugar onde se vive expressa, singularidades desde identidade entre os que ali vivem, a aproximação/afastamento de tradições culturais, o reconhecimento social que inclui relações afetivas, de aproximação, solidariedade como de distanciamentos e até rejeição, com expressões de discriminação, violência e estigmatização. As condições objetivas do lugar, a sua infraestrutura, a preservação/destruição ambiental, a oferta de serviços públicos e serviços sociais, os meios de mobilidade alcançáveis pela população assentada num dado local. Todos esses elementos são marcas fundantes, ou expressões urbanas da questão social da sociedade capitalista.

São marcas que distinguem e particularizam os assentamentos urbanos sobretudo em metrópoles onde múltiplos fatores territorializam e desterritorializam os que nele vivem. O interesse aqui se dá pela possibilidade de exame de movimentos relacionais a partir dos territórios onde a população está assentada. Nessa perspectiva examina a densidade e formato das relações estabelecidas a partir de territórios de forte vivência urbana, em sua manifesta densidade metropolitana.

O território urbano é um espaço de relações

entre indivíduos ou, mais precisamente, um espaço de entrelaçamento de vínculos. Os vínculos são numerosos e de natureza diversa, mas eles propiciam aos indivíduos a proteção e o reconhecimento necessários à sua existência social. Proteção refere-se ao conjunto de dispositivos de que o indivíduo pode mobilizar face aos contratemplos da vida (recursos da família, comunidade, profissionais, sociais ...), o reconhecimento refere-se à interação social que estimula o indivíduo, fornecendo-lhe a razão de sua existência e sua valorização diante do olhar do outro ou de outros.

Expressões de desproteção social não são resultantes de condições ou fragilidades individuais e sim expressões societárias e relacionais que se apresentam como fatores de proteção ou de desproteção social. Os atributos territoriais são, direta ou indiretamente, resultantes da intervenção da relação homem-natureza, historicamente construída a partir de múltiplas relações onde se destacam as de exploração econômico ambientais.

Entende-se que proteção social não é uma condição isolada ou um acesso a uma dada materialidade desprovida de significado e efeito real de segurança o que implica a certeza de que pode contar com. Ter e sentir proteção social significa ter conhecimento e certeza de que ela é alcançável. Proteção social implica em acessos concretos que permitem incluir diferenças, isto é, se assenta em princípios de equidade e heterogeneidade. (Sposati, org. 2015). A expressão “contar com” resume muito bem o que um indivíduo pode esperar do seu relacionamento com os outros e com as instituições em termos de proteção.

A condição de bairro de assentamento de trabalhadores de mais baixo ingresso, que lutam para ter condições de morar, habitar superando a pressão do Estado e de proprietários privados pela desocupação de terras, são também reconhecidos como locais de habitação social. Isto é, um território onde ocorre um grau de consentimento de uma autoridade pública estatal, para que um coletivo de famílias assente a construção da sua moradia, numa área cedida ou ocupada, e se transforme em

agente de urbanização e valorização dessa terra. Esse consentimento do Estado resulta de lutas populares, muitas delas envolvendo violência e mortes, e podem se desenvolver durante décadas. Essa dinâmica implica em modos de organização popular de resistência¹.

Possivelmente por decorrência do modo não planejado de urbanização de São Paulo, a remoção de famílias moradoras em barracos, ao longo de áreas ribeirinhas, de fundo de vale, se constituíram em obstáculo à realização de obras públicas, o que desencadeou a reponsabilidade da gestão municipal em prover a sua habitação social, embora com precariedade como mostram os fatos² mas não deixou de desencadear a provisão de habitação popular pelo poder público municipal ainda que em quantidade e qualidade muito aquém do padrão adequado! Uma consequência dessa política foi a periferização da habitação dos trabalhadores em busca do acesso a loteamentos populares (legais, clandestinos ou ilegais) e, por consequência, a instalação das suas habitações em áreas precarizadas, ausentes de infraestrutura pública, com dificuldades de mobilidade urbana, ausentes de serviços sociais públicos e de comércio. Esse movimento de localização de novos lotes se deu em direção às zonas leste e sul como áreas de expansão da mancha urbana.

A preocupação com a proteção social na cidade de São Paulo desencadeou vários estudos para que se pudesse avaliar a influência da habitabilidade do lugar onde se vive com o reconhecimento da dignidade humana, da cidadania, e do padrão de proteção social em que os que ali moram usufruem.

Na cidade de São Paulo, são ainda poucos os

estudos que reconstituem a memória desses bairros populares da sua periferia ressaltando o que pensam os seus moradores sobre as condições alcançadas no próprio bairro. Outro fato instigante é que esses bairros foram construídos em momento histórico de lutas coletivas impregnadas dos princípios de ação dos movimentos sociais. As novas gerações que não viveram esse processo não revelam o mesmo vínculo com o território construído pelos seus pais.

O NEPSAS tem realizado estudos de bairros populares de São Paulo que têm composto pesquisas coletivas e teses individuais de doutorado. Reflexões aqui desenvolvidas procedem dos achados analíticos dessas experiências. Muitos desses bairros populares se situam nas franjas da cidade, próximos das divisas com outros municípios. Cada estudo foi realizado por equipes distintas e em momentos distintos.

A formação desses bairros populares, guarda no seu histórico, distinções quanto ao processo de assentamento da população pois os seus habitantes não têm anteriormente o acesso legal a propriedade da terra. No conjunto de bairros até aqui analisados há aqueles (poucos, diga-se logo) que iniciaram pelo acesso a moradias de um Conjunto Habitacional Público. Outros que ocuparam terras públicas, ali se assentaram, e lutaram para obter o domínio real de uso. Outros que ocuparam áreas privadas em desuso e lutam para que a eles sejam designadas pelo uso contínuo como moradia. São elementos diferenciais na relação, cidadão-Estado-habitação que mostram o trato diferenciado da oferta de garantias de qualidade habitacional estendida para além da moradia e incluindo: o acesso aos serviços públicos e

1. Em 1988 o direito à habitação foi incorporado à Constituição Brasileira, e a partir de 2000 dispositivos legais e institucionais contribuíram para que a habitação social alcançasse novo patamar. Destaca-se o Plano Nacional de Habitação de 2008 que adotou nova estratégia para equacionar a questão habitacional com a elevação dos recursos governamentais destinados particularmente à urbanização dos assentamentos precários e à produção de unidades novas com subsídios.

2. Um dos fatores que levou a instalação, em algumas áreas específicas, de favelas em São Paulo foi a própria Prefeitura. Estudos mostram que a Prefeitura da cidade construiu barracões no Glicério para acolher famílias vítimas de enchentes formando-se a primeira favela da cidade, que se espalhou ao longo da Avenida do Estado, beirando o Rio Tamanduateí. As famílias para lá removidas deveriam pagar (à época) 50 cruzeiros mensais para conservação municipal (SPOSATI-1988, p.255). A própria prefeitura fornecia caminhões para mudança e ofertava tábuas para novos barracos. Assim, a população foi sendo transferida de um canto a



à infraestrutura de circulação e mobilidade, as relações entre os moradores e, ainda, os modos de permanência, ou não, da presença/responsabilidade do Estado no processo de urbanização que incluía as condições de trato digno a seus moradores.

4-TRÊS SÍNTESES RELATIVAS AO PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE BAIRROS POPULARES NA CIDADE DE SÃO PAULO

A escolha de bairros populares para a realização de estudos populares, partiu da análise de incidência de famílias incluídas em programas de transferência de renda, escolhendo-se bairros com incidência baixa, média e alta de beneficiários, de modo a distinguir relações de perfil mais homogêneo e/ou heterogêneo dentre os moradores.

Nos estudos dos bairros populares foram realizadas múltiplas entrevistas com moradores, presidentes de associações, lideranças de movimentos, visitas aos serviços públicos para conhecer a percepção dos agentes públicos sobre o bairro, os seus moradores e o alcance dos serviços prestados. A metodologia de campo aplicada seguiu um roteiro genérico onde se destacam os temas: recolha da história social, com destaque para a constituição do assentamento; a composição arquitetural urbana que cercou os assentamentos (planeamento e situação atual); a trajetória residencial dos habitantes; a centralidade da solução habitacional; a relação subjetiva com a moradia; as relações entre vizinhos e parentes; o apoio mútuo, no território e fora dele; os serviços públicos ou prestadores de serviços no território.

A zona leste e parte da zona sul de São Paulo, na primeira metade do século XX, eram ocupadas por chácaras e fazendas então produtivas. A partir da década de 50 o loteamento dessas terras, ou o seu abandono pelos proprietários em busca de investimentos mais rentáveis, acolheu o assentamento de famílias fugidas da fome provocada pelas secas do nordeste do país. Chegam em busca de abrigo, sem inserção social passam por vários locais e diferentes

processos antes de acessar uma moradia com menor precariedade. Esses migrantes nacionais buscavam trabalho nas grandes obras de construção civil, de implantação de fábricas, infraestrutura urbana.

A-Conjunto habitacional Rio Claro: periferia da Zona Leste de São Paulo.

Este Conjunto Habitacional de 930 unidades, foi a primeira experiência em São Paulo, durante a ditadura militar, de um programa estatal e federal de habitação social. A proposta foi de deslocar para essa local população que ocupava favelas do entorno. Os primeiros moradores tiveram que permanecer por um tempo em alojamentos. Era uma situação transitória e existia solidariedade entre os futuros moradores, mas havia um medo decorrente do despejo, de haver sido tirado de outro lugar, ao mesmo tempo, em que os alojados aguardavam os serviços que tinham certeza que chegariam. Chegavam desorganizadas, buscando suprir necessidades individuais, após vivenciarem um processo de remoção compulsória de onde viviam. A grande incerteza que permanece ao longo das décadas decorre da atitude do poder público quando não fornece aos moradores em a documentação jurídica quanto da sua moradia até mesmo àqueles que mantiveram contrato regular honraram com o pagamento mensal. Não recebem após décadas de vida no local a documentação oficial da moradia. Relembrem os moradores:

“Aqui era lixão. Lá, no fundo, bem antes, tinha uns canos onde saia fogo. Lugar de aterro sempre tem gás no chão. Outros falam que o encanamento da Petroquímica passa aqui, mas não tenho certeza. Era casa popular, através de amigos eu acabei comprando uma casa. Já vinha pronta. Só tinham quatro paredes. O terreno era de 5 por 25 metros e estava construído sobre dez metros quadrados. Era tudo um quadrado. Só um cômodo. Todas iguais. As ruas eram asfaltadas, só a casa era cimentada. Tinha as luzes, Tudo certo. Agora 10 metros é 25?”



Os outros metros eram barro, Você tinha que fazer muro. As casas vinham montadas, tipo uma caixa de papelão que você monta. Era resistente, de tijolo e placas chapas de cimento-amianto.” (Morador há 33 anos no Promorar Rio Claro). “O terreno era uma chácara, vizinha de um aterro sanitário, ao lado da lagoa de estabilização de vazamento de chorume. Aqui era mato, não tinha essa estrada, a Sapopemba. Era só eucalipto. A única opção para morar com era o Promorar. E aí, lá para trás, tinha o ‘vulcão’ (incinerador projetado para o lixão)”.

(Moradora há 33 anos no Promorar Rio Claro).

B- Fazenda da Juta: periferia da zona leste de São Paulo

A formação popular desse grande espaço de terra, antes conhecida como Fazenda do Oratório, assinala na sua trajetória um povoado rural que, sob fortes lutas, se transformou em assentamento populacional urbano. Foi o plantio que caracterizou o local e a força de trabalho que ali se assentou no início do século XX até o final dos anos 30. A propriedade rural foi ocupada a seguir por migrantes italianos dedicados a lavoura de frutas, migrantes japoneses dedicados ao plantio de verduras e legumes. Com o passar do tempo e a migração de nordestinos esse local periférico, deixou de ser espaço de produção foi se consolidando como espaço, precário, diga-se logo, de reprodução social de famílias e cidadãos. Esse novo formato de ocupação registrar um tempo de luta popular, busca de sobrevivência e de alcançar a condição de vida num lugar para assentamento digno da condição humana. Um dos atores principais dessa transformação resulta do trabalho de um conjunto de religiosos comprometidos com a Teologia da Libertação, que ali criaram o Instituto Daniel Comboni trabalhando com o lema Salvar a Juta com a Juta, permanecem presentes no local com a missão de fortalecer o protagonismo do povo morador da região e prestar serviços sociais.

Todos entrevistados relatam a abordagem de forças criminosas sobre os moradores.

Circulavam pela terra, homens armados, jagunços que faziam a abordagem das pessoas que consideravam lideranças para a organização popular, quando eram inadimplentes no pagamento das prestações dos terrenos. As pessoas com algum vínculo em toda essa luta, engajadas em movimentos sociais são sobreviventes que enfrentam cotidianamente o desafio de superar o medo. Os moradores indicam nos seus depoimentos três grandes apoios à luta: -a participação das mulheres que, pela sua experiência, eram mais decididas, combativas e mais fiéis do que os homens; um advogado competente e de total confiança; o apoio de políticos de confiança.

Atualmente, a Fazenda da Juta/SP, como é reconhecido o local em tempo atuais conta com importante comércio local, serviços públicos como escolas de educação infantil, de primeiro e segundo grau, unidades básicas de saúde, centros profissionalizantes como a ETEC-Sapopemba, 3.ª Companhia do 38.º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana (BPM/M), Fábrica de Cultura, além da prestação de serviços sociais por meio de convênios com organizações da sociedade civil que executam ações da proteção básica e especial das políticas municipais de educação e assistência social. Os moradores da Fazenda da Juta conquistaram o direito de permanecer na terra, a construção de moradias, em regime de auto construção e também nos mutirões auto geridos. A estratégia do povo da Fazenda da Juta, organizado em associações coloca em evidência a ênfase dada à ação coletiva, organização, agregando e apoiando os mais diversos segmentos sociais.

C-Mutirão Morro do Índio: periferia da Zona Sul de São Paulo.

A região periférica no extremo sul de São Paulo vivenciou processo de ocupação intenso que de início foi fomentado pela oferta de lotes de antigas chácaras, mas seu avizinhamento de municípios, que instalavam fabricas de produção de auto motiva, atraiu sobretudo, novos operários de segundo escalão que buscavam locais de menor custo para se assentar com a família. Esses espaços, muito desvalorizados em função da restrição da legislação, acabaram sendo



ocupados irregularmente pelos chamados “loteamentos clandestinos”, com a instalação de moradias extremamente precárias e sem nenhum tipo de proteção. Esse vínculo com o trabalho formal e forte sindicalização dos trabalhadores metalúrgicos produziu forte influência na organização coletiva local. Ali foi organizado um trabalho coletivo na forma de mutirão. O poder público municipal ofertou materiais construtivos e ferramentas, e a população organizou trabalho coletivo de construção das moradias. Estes já tinham acúmulo de prática organizativa, de vida urbana e de ação política. Do ponto de vista dos vínculos, pode-se dizer que o processo de mutirão, baseado em regime de parceria entre associações e o poder público municipal, estabeleceu-se um esforço de experiência e convivência social que impactou no valor social do espaço geográfico outorgado, em comparação as outras áreas em trânsito para a urbanização. Percebeu-se a existência de uma solidariedade construída anteriormente à condição de viver no alojamento. Cuidava-se coletivamente da segurança e lutava-se coletivamente pelos serviços.

5-ELEMENTOS PARA BREVE SÍNTESE.

É de se destacar a dificuldade dos órgãos públicos em incorporar todo o esforço da própria população que, com poucos recursos e muito sobre trabalho produz habitação e urbanização de um dado local cuja produção deveria ser da responsabilidade total do Estado, como procede em bairros daqueles com maior poder aquisitivo. O trabalho coletivo e organizado da população, que ali se assenta e, sobretudo aos finais de semana, valoriza a terra e vai construindo novas condições de habitabilidade para um coletivo. Todavia o custo é muito alto do ponto de vista do desgaste da sua força de trabalho. Não conseguem descanso, convívio com filhos e família durante anos seguidos de trabalho coletivo. O assentamento em áreas ribeirinhas como ocorreu na primeira metade do século XX não se mostrava mais viável, uma vez que ali foram instaladas avenidas de fundo de vale, ou avenidas marginais aos rios. Os

novos terrenos ocupados muitas vezes são os descartados para investimentos imobiliários pelo fato, por exemplo de serem locais de descarte de lixo, áreas possivelmente contaminadas a qual a população acorre, como uma das quase inexistentes alternativas em ter acesso a um pedaço de chão para poder ali construir o seu abrigo.

O que se detectou é que entremeios de pedaços de terras, mesmo que minúsculos, junto a construções populares realizadas pelo poder público, são disputadas para ocupação de novos moradores. Como a área já está consignada como de ocupação por habitação popular esse assentamento nos meandros das construções produzem um grau de segurança quanto a não remoção da família do local. Muitas experiências de solos criados pela urgência em ter um pedaço de terra para repousar os pés e o corpo.

As experiências analisadas mostram que o poder público não está interessado em tranquilizar a população moradora. Ele não entrega a todos a documentação que permitiria afiançar aos moradores a certeza de ter segurança em permanecer no pedaço de chão que em que construíram, traçaram ruas, criaram condições de circulação e acesso, lutaram pela instalação de serviços sociais públicos, transportes públicos. Áreas distantes 20 a 30 km do centro da cidade não contam com linha de Metro. Seus deslocamentos são realizados com grande dispêndio de tempo. Todos fazem menção à presença da violência.

Embora todas as travas, não querem sair do local, pois ali está a sua luta em conseguir identidade social na grande metrópole. Mas se esta memória de lutas lhes constrói dignidade, novos moradores e os mais jovens, não manifestam o mesmo reconhecimento. O significado de pertencer e de manter vínculos não apresenta o mesmo vigor, o que acentua o sentimento de desproteção social: contar com quê?

Contar com quem?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Feltran, Gabriel de Santis (2010-fevereiro). Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. Revista Lua Nova, MARGENS- n°79, P201- 239)

Koga, Dirce (2011) Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo Cortez.

Lefebvre, Henri (2000) - La Production de l'espace. 4° Ed. Paris: Éditions Anthropos.

Miagusko, Edson (2008) - Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche. São Paulo, Edusp- Editora da Universidade de São Paulo-USP.

Raffestin, Claude (1993) - Por uma geografia do poder. Editora Ática S.A., São Paulo.

Santos, Milton (1996) A natureza do espaço. São Paulo, Edusp. Editora da Universidade de São Paulo-USP.

Santos, Milton (2001) Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Record.

Sawaia, Bader (2007) - Família e afetividade: a configuração de umas práxis ético-política, perigos e oportunidades." In: ACOSTA, Ana; VITALE, Maria Amália (Orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo, Cortez Ed.

Sposati, Aldaiza (Org.); Monteiro, Miguel (Org.) (2017) - Desigualdades nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo. São Paulo: Educ -Editora da Pontifca Universidade Católica de São Paulo.

Sposati, A. e Koga, D.H.U(2013) - São Paulo sentidos territoriais e políticas sociais. São Paulo: Senac São Paulo.

Sposati, Aldaiza. (2001) - Cidade em Pedacos- São Paulo: Brasiliense,

Sposati, Aldaiza (1988). Vida urbana e gestão da pobreza- São Paulo, Cortez.

Aldaiza (Org.) (1996). Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. São Paulo: Educ -Editora da Pontifca Universidade Católica de São Paulo-Pucsp.

Torres, A. S.(2016) -Convívio, Convivência e Proteção Social. São Paulo: Ed. Veras.